

# Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)

# Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
158	<p>Inovação, gestão e sustentabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-405-4 DOI 10.22533/at.ed.054191806</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa – Brasil. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 509.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A edição do e book – **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** trazem em sua essência o entendimento sobre o impacto gerado pela unificação destes.

**Inovação, Gestão e Sustentabilidade** aborda os desafios para as empresas e a sociedade em relação aos problemas ambientais que se inter-relacionam com a questão econômica. No contexto empresarial, a escassez de recursos naturais impõe a seguinte reflexão: Como inovar e ao mesmo tempo otimizar a sustentabilidade das cadeias de valor? Esta obra pretende contribuir para a compreensão desse contexto, apresentando alternativas analíticas e estratégias para as empresas nesse novo cenário socioeconômico, ambiental e inovador.

A preocupação com **Sustentabilidade** pode lançar as questões de **Inovação e Gestão** para um novo e diferenciado patamar, colocando-a, definitivamente, na ordem do diferencial competitivo.

Pode-se observar que tanto a **Inovação**, quanto a **Sustentabilidade** aliadas à processos de **Gestão** podem se tornarem fundamentais para a promoção da competitividade em contextos regionais e globais, bem como representarem a diferença na obtenção de resultados empresariais.

A busca por organizações “**Sustentáveis**” que sejam modelos de eficiência econômica e ambiental vêm sendo o maior desafio em um cenário globalizado e de constante mutação.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem voltada para os temas destacados, através da apresentação de mudanças climáticas e as consequências ambientais no meio rural; a **sustentabilidade** e o desenvolvimento da suinocultura com **a gestão** de resíduos sólidos; o agronegócio da soja em mato grosso: explorando as fontes de **inovação** e/ou conhecimento; além da contribuição para que se interprete as relações inovadoras, sustentáveis e econômicas em várias outras pesquisas. a preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo tema em destaque.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada da visão **sustentável**, da **gestão** e da **inovação**, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados.

A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas aos processos que buscam gerar diferencial competitivo.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de

renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RIQUEZA: UMA ANÁLISE À LUZ DA CURVA DE KUZNETS	
Raissa Micaroni Marques Ana Helena Nallin Davinha Andrea Rodrigues Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
INFLUÊNCIA DO CARRO <i>FLEX-FUEL</i> NO CONSUMO DE ETANOL ANIDRO E HIDRATADO: UMA BREVE ANÁLISE ESTATÍSTICA	
Guilherme Asai Keila Raquel Wenningkamp	
DOI 10.22533/at.ed.0541918062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: POSSIBILIDADES NO SEGMENTO DE CAFÉ	
Jaqueline Carolino Sergio Medeiros Paulino de Carvalho Patrícia Pereira Peralta Vera Lucia de Souza Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
LEVANTAMENTO ANALÍTICO E QUANTITATIVO NA SEPARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO MANUAL DE PLÁSTICOS NO MUNICÍPIO DE INHUMAS GO	
João Baptista Chieppe Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0541918064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS DE <i>FAIR TRADE</i> APLICADOS AO CAFÉ: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE 1997 A 2016	
Paulo Fernando Taveira Maselli Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0541918065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DA VIABILIDADE NOS NEGÓCIOS E MEIO AMBIENTE	
Dayana Lessa Amorim Laerte Corrêa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0541918066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>68</b>
METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA	
Kátia Aparecida Santos Alessandra B. Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.0541918067	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA PECUÁRIA LEITEIRA NO PARÁ: UMA APLICAÇÃO DO INSTRUMENTAL ESTATÍSTICO-ECONOMÉTRICO	
André Cutrim Carvalho	
David Ferreira Carvalho	
Raimundo Nelson Souza da Silva	
Gisalda Carvalho Filgueiras	
Carmelita de Fátima Amaral Ribeiro	
Tatiana Pará Monteiro de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0541918068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>107</b>
O COMPROMETIMENTO COMO UM FATOR CRÍTICO DE SUCESSO EM MODELO DE TRADUÇÃO E CONTROLE DA ESTRATÉGIA EM COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS PARANAENSES	
Reginaldo Ferreira Barreiros	
Roberto Max Protil	
Vilmar Rodrigues Moreira	
Luiz Carlos Duclós	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0541918069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>129</b>
O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1946-1964) E SEUS IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS CENSOS AGROPECUÁRIOS	
Michel Cantagalo	
Carlos Eduardo de Freitas Vian	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>148</b>
PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA VERDE NO ESTADO DE GOIÁS	
Monyele Camargo Graciano	
Klaus de Oliveira Abdala	
Leandro de Lima Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>162</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	
Joabe Alves Carneiro	
Adriana Estela Sanjuan Montebello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>177</b>
POTENCIAIS AGROGEOTURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU - ES	
Thaís Bruna Bento	
Daniela Teixeira Carvalho de Newman	
Jaqueline Carolino	
José Albino Newman Fernández	
Paula Vanessa Dias Soares	
Ronielson Xavier de Jesus	
Lucas Medici Macedo Candeias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180613</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 188**

POTENCIALIDADES BRASILEIRAS NA INTEGRAÇÃO DE REUSO DE ÁGUA E PRODUÇÃO BIOENERGÉTICA NA VISÃO DE ECONOMIA CIRCULAR

Priscila Mara Knoblauch  
Caroline Dalastra  
Fábio Spitz Stefanski  
Jessica Zanivan  
Natalia Klanovicz  
Simone Kubeneck  
Gilmar Antonio da Rosa  
Paulo Reis  
Aline Frumi Camargo  
Thamarys Scapini  
Charline Bonatto  
Maria Célia da Silva Lanna  
Paula Rogovski  
Rafael Dorighello Cadamuro  
William Michelin  
Aline Viancelli  
Helen Treichel  
Gislaine Fongaro

**DOI 10.22533/at.ed.05419180614**

**CAPÍTULO 15 ..... 204**

PRINCIPAIS FATORES DA PRÁTICA DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE

Laura Visintainer Lerman  
Germen Benjamim Correia  
Raquel de Abreu Pereira Uhr

**DOI 10.22533/at.ed.05419180615**

**CAPÍTULO 16 ..... 215**

RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR FEDERAL EM BELÉM (PA)

Dryelle de Nazaré Oliveira do Nascimento  
Tássia Toyoi Gomes Takashima-Oliveira  
Fernanda da Silva de Andrade Moreira  
Gustavo Francesco de Moraes Dias

**DOI 10.22533/at.ed.05419180616**

**CAPÍTULO 17 ..... 233**

RESULTADOS ECONÔMICOS DA ATIVIDADE LEITEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO

Uellington Corrêa  
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro  
Marcos Aurélio Lopes  
José Willer do Prado  
Bryan William Alvarenga Corrêa  
Francisval de Melo Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.05419180617**

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>246</b>
SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE DE OVELHA NO BRASIL: APLICAÇÃO DO ENFOQUE DE “CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS”	
Fernanda Ferreira dos Santos	
Luciano Brochine	
Rafael Araujo Nascimento	
Rubens Nunes	
Augusto Hauber Gameiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180618</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>261</b>
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NO BRASIL	
Jaqueline Mallmann Haas	
Jairo Alfredo Genz Bolter	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180619</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>273</b>
TERRITÓRIO, INSTITUIÇÃO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONSTRUINDO A INTER-RELAÇÃO CONCEITUAL	
Walter Luiz dos Santos Júnior	
Ricardo Freitas Martins da Costa	
Fábio André Teixeira	
Rafael Silva Guerreiro	
Mateus Henrique dos Santos Diniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180620</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>285</b>
UMA VISÃO REFLEXIVA DA REALIDADE DO ARRANJO APÍCULA, NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL – RONDÔNIA	
Jose Arilson de Souza	
Emanuel Fernando Maia de Souza	
Wellington Silva Porto	
Alexandre de Freitas Carneiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180621</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>300</b>

## INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NO BRASIL

**Jaqueline Mallmann Haas**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Tramandaí – Rio Grande do Sul

**Jairo Alfredo Genz Bolter**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Tramandaí – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** Ao longo dos últimos anos ocorre um aumento significativo de pesquisas acerca das Indicações Geográficas, que revelam perspectivas controversas, especialmente no caso brasileiro, que oscilam entre estratégias que ora podem ser catalisadoras do desenvolvimento regional, ora como mecanismo excludente de grupos sociais economicamente mais vulneráveis. O presente trabalho, tem como objetivo principal, analisar como as Indicações Geográficas podem ser transformadas em um instrumento de agregação de valor para determinados grupos de produtores, tendo como objeto de análise a primeira Denominação de Origem concedida no Brasil, intitulada Arroz do Litoral Norte Gaúcho. O trabalho foi construído a partir de pesquisas documentais e entrevistas semiestruturadas, realizadas com informantes-chaves que atuam com a cadeia produtiva do arroz no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. No caso específico, em análise, fica evidente, que por ser uma experiência bastante restrita, não

se identificam benefícios para a região como um todo o fato de ter sido implementada a Denominação de Origem do Arroz na região. Nesse sentido, o desafio de agregar valor ao produto, transformando o status do “arroz *commoditie*” para “arroz de qualidade”, no caso do Litoral Norte parece bastante grande, frente às evidências identificadas. Dificuldades essas que se acentuam com a pouca, ou melhor, nenhuma oferta no mercado do produto, para acesso pelos consumidores. Por fim, são tecidas considerações a respeito dos diversos caminhos possíveis para as Indicações Geográficas, bem como a distância com as transformações regionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Denominação de Origem, Arroz, Litoral Norte Gaúcho, Desenvolvimento Regional.

### GEOGRAPHICAL INDICATIONS AS REGIONAL DEVELOPMENT STRATEGIES: THE CASE OF THE FIRST DENOMINATION OF ORIGIN IN BRAZIL

**ABSTRACT:** Over the past few years there is a significant increase in research on Geographical Indications that reveal controversial perspectives, especially in Brazil, ranging from strategies that sometimes can be a catalyst for the regional development, sometimes as

exclusionary mechanism of social groups most economically vulnerable. This study aims to analyze how geographical indications can be transformed into a value-added tool for certain groups of producers, with the object of analysis the first Designation of Origin issued in Brazil, entitled Litoral Norte Gaucho Rice. The work was constructed from documentary research and semi-structured interviews conducted with informants keys that work with the rice production chain on the north coast of the state of Rio Grande do Sul. In the specific case in question, it is clear that for still being a rather limited experience, does not identify a benefit to the regional of location of the Designation of Origin. In this sense, the challenge of adding value to the product, making the status of “rice commodity” to “quality rice” in the case of the North Coast seems quite large, compared to the identified evidence. Difficulties which are accentuated with little or rather no offer on the product market, for access by consumers. Finally, considerations are made about the various possible ways for geographical indications, as well as the distance to the regional transformations.

**KEYWORDS:** Designation of Origin, Rice, Litoral Norte Gaúcho, Regional Development

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere na discussão sobre produtos alimentares tradicionais característicos de um determinado espaço e os desafios com relação ao seu uso enquanto signo distintivo. Pretende-se assim discutir, a partir de um estudo de caso específico, os possíveis caminhos, ou descaminhos, para a valorização desses produtos num cenário de competitividade acirrada. Destacando que atualmente as Indicações Geográficas constituem-se em diferenciais competitivos para diversos produtos no mundo e especificamente no Brasil, a partir da Lei 9279 de 14/05/1996, onde as Indicações Geográficas – IGs- dividem-se em duas: Indicação de Procedência e Denominação de Origem.

Pesquisas realizadas acerca das IGs, e especialmente no caso brasileiro, revelam perspectivas controversas, que oscilam entre estratégias que ora podem ser catalisadoras para o desenvolvimento das regiões, ora como mecanismo excludente de grupos sociais economicamente mais vulneráveis, segundo Pinto (2014). Nesse sentido Vitrolles (2013), revela a necessidade de pensar estes contextos considerando as modalidades de organização dos produtores na valorização de seus produtos, bem como as institucionalidades produzidas neste espaço, de modo a compreender de que maneira as redes institucionais e interpessoais podem influenciar nos mecanismos de diferenciação com base na qualidade.

Buscando compreender algumas das nuances presentes na realidade brasileira, no presente trabalho analisa-se o caso da primeira Denominação de Origem concedida no Brasil, intitulada Arroz do Litoral Norte Gaúcho.

O método de pesquisa utilizado no presente trabalho foi o quanti-quali, que ofereceu suporte para os procedimentos metodológicos utilizados, quais sejam:

pesquisas documentais e entrevistas semiestruturadas com informantes chaves. Em um primeiro momento realizou-se uma série de pesquisas documentais, com as quais se configuraram as informações referentes ao sistema de produção (produtividade, variedades produzidas, organização da produção, etc.). Em um segundo momento foram realizadas entrevistas com atores sociais e políticos que atuam junto a cadeia produtiva do arroz na Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A partir destas, foi possível traçar as questões centrais relacionadas a organização da produção e da comercialização do arroz com a Denominação de Origem. Com tais informações traçaram-se análises que levaram a concretização do presente trabalho.

Por fim, o presente trabalho está dividido em três momentos distintos: inicialmente destacam-se algumas contribuições bibliográficas referentes as discussões já estabelecidas sobre o tema geral, qual seja, as indicações geográficas. Essa discussão é sucedida de um breve histórico sobre a produção de arroz no Rio Grande do Sul até a Região em estudo. Após, em um segundo momento iniciam-se os resultados e discussões focando no caso analisado traçando um apanhado geral sobre o contexto histórico da produção de arroz e a situação vivenciada na Região a partir da imersão da Denominação de Origem no território. Por fim tesem-se algumas considerações sobre o referido trabalho.

## 2 | REFERENCIAL

### 2.1 Indicações Geográficas

As Indicações Geográficas, tem longa história, mas surgem efetivamente quando produtores, comerciantes e consumidores comprovaram que alguns produtos, advindos de determinados lugares, apresentavam qualidades particulares, atribuíveis a sua origem geográfica, e passaram a denominá-los com o nome geográfico de procedência. Passando a ser a Indicação Geográfica, uma garantia de que o produto tem certa qualidade. E com vistas a garantir a autenticidade e origem dos produtos, passa-se a utilizar selos distintivos (CALLIARI et al, 2007).

Notadamente percebe-se que em muitos locais as Indicações Geográficas já se constituem em diferenciais competitivos para diversos produtos no mundo e especificamente no Brasil, onde a partir da Lei 9279 de 14/05/1996 foram estabelecidas as diretrizes centrais para a discussão, momento em que as Indicações Geográficas passaram-se a ser divididas em duas: Indicação de Procedência e Denominação de Origem.

De acordo com o art. 177, considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (VALENTE et al., 2012). Ou seja, a

Indicação de Procedência (IP) refere-se a “um nome geográfico tornado reconhecido pela produção, extração ou fabricação de determinado produto, ou pela prestação de dado serviço, independentemente de outras características. Logo, ela diz respeito à reputação ou notoriedade” (NIEDERLE, 2011, p. 26).

Já o art. 187 considera Denominação de Origem como sendo o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (VALENTE et al., 2012). Especificamente, produtos que fazem designação a um nome geográfico de uma região ou território no qual um produto ou serviço é peculiar em virtude de qualidades diferenciais (NIEDERLE, 2011).

Segundo Cerdan (2009) as Denominações de Origem asseguram, para um conjunto de produtores, reconhecimento, confiança, uniformização da produção, competitividade intra e extra região produtora e a garantia de espaço da região no mundo da competitividade. Ou seja, em tese, quando se institui a Denominação de Origem, ocorre uma valorização das particularidades de diferentes produtos de diferentes regiões, valorizando também os territórios (CERDAN, 2009). Assim, é possível destacar que a certificação de um produto, sob os critérios de uma Denominação de Origem, atualmente constitui-se em uma forma de enfrentar as barreiras comerciais do mercado internacional no sentido de se atingir a rastreabilidade alimentar (uma das principais reivindicações do consumo alimentar mundial) (SCHWANKE, 2009).

## **2.2 A Produção de Arroz no Rio Grande do Sul e o Arroz na Planície Costeira Externa**

A orizicultura surge no estado do Rio Grande do Sul fundamentalmente a partir do ano de 1906, quando segundo Bescow (1984), houve uma grande expansão na produção de arroz, passando de 5.000 para 402.500 sacos no período aproximado de 1906 a 1916, período marcado por um forte aumento da tarifa sobre as importações de arroz e a conseqüente queda das importações brasileiras de arroz.

Destaca-se que anterior a constituição dessa economia arrozeira em grande escala, já desenvolvia-se no Rio Grande do Sul, nos vales úmidos banhados pelos rios Taquari, dos Sinos, Caí, Pardo e Jacuí, uma agricultura mercantil especializada na produção de arroz para consumo no mercado regional, com destaque a colonização açoriana que já em meados do século XVIII, baseada na pequena propriedade rural, tinha no arroz um dos seus principais produtos para a subsistência.

Passado um século da introdução da produção arrozeira no Estado, atualmente o cultivo de arroz irrigado, acontece fundamentalmente em seis distintas regiões, que apresentam diferenças quanto a topografia, clima, solos, disponibilidade de água para irrigação, tamanho de lavoura, etc, determinando variações em termos de produção e produtividade média (EMBRAPA, 2005).

Segundo dados do Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA, a produção tem tido um significativo avanço no decorrer dos últimos dez anos, ocorrendo algumas pequenas oscilações, mas mantendo-se a tendência geral de aumento da produção.

No panorama geral ainda é possível destacar, segundo o Relatório do Alinhamento Estratégico da Cadeia Produtiva do Arroz do RS, elaborado pelo IRGA e Governo do estado do Rio Grande do Sul (2011, p. 7), que:

A área média das lavouras de arroz no RS é de 114,5 hectares e a maior parte da área cultivada (60,3%) é arrendada. Aproximadamente 70% das lavouras têm área inferior a 100 ha, porém estas representam apenas 18,7% da área total semeada. Já as lavouras com mais de 500 ha representam 32% da área semeada e 3,7% das lavouras do estado.

Frente as grandes disparidades entre as regiões produtoras, analisa-se o caso específico da região denominada Planície Costeira Externa, sendo que esta tem no seu histórico, que a mesma foi habitada inicialmente por indígenas, praticantes da caça e pesca e posteriormente por portugueses e açorianos, que no espaço das grandes estâncias com criação de gado extensivo, cultivavam também a cana de açúcar, utilizada fundamentalmente para a produção de aguardente, comercializada com tropeiros que passavam pela região (TORRES, 2004, GERHARDT; MIGUEL, 2001).

Já meados de 1930, é apontado como sendo o período em que ocorre uma colonização mais significativa por imigrantes Europeus, em sua grande maioria italianos e alemães, que por sua vez são os responsáveis pela introdução dos cultivos de feijão, milho, mandioca e fundamentalmente do arroz (GERHARDT; MIGUEL, 2001; COTRIM et al, 2007).

A dinamização da região tem início com a construção da BR 101 em 1968, que ligava a região de Porto Alegre com São Paulo via litoral, sendo que com isso as possibilidades de escoamento da produção aumentaram, e conseqüentemente o investimento em lavouras de escala comercial, aliada aos impulsos da Revolução Verde (GERHARDT; MIGUEL, 2001).

A cultura do arroz cultivada inicialmente nos vales dos rios da região, foi tendo seu espaço de produção ampliado pelas condições favoráveis para seu cultivo, especialmente agroecológicas, bem como pelos bons rendimentos frente as demais culturas (COTRIM et al, 2007).

De forma geral, os agricultores dessa região vêm desenvolvendo ao longo dos anos sistemas de produção baseados no arroz irrigado e na criação extensiva de bovinos, sendo que nas grandes áreas de plantio de arroz predomina o sistema de arroz irrigado pré-germinado (MIRANDA; BRAGUETTA, 2009), sendo que atualmente nas áreas de várzea, nos vales e nas planícies, ocorre uma forte especialização da agricultura baseada na mecanização, o que valoriza muito as áreas planas (CONTRIM; GARCEZ; MIGUEL, 2007).

Cada município sendo composto por características distintas, acarretou que

a estrutura fundiária da região se estabelece bastante heterogênea, uma vez que atualmente engloba desde a capital do Estado, com características de cidade metropolitana, cidades litorâneas, que por sua vez servem de atrativo turístico para o Estado e cidades com traços mais rurais, incluindo as localizadas nos espaços de serra.

Sendo a região baseada economicamente na produção de arroz e pecuária extensiva, com poucas alternativas agrícolas, a mesma acaba tornando-se pouco “elástica” na resposta da área plantada às oscilações de preços da produção, em particular quando estes estão em baixa (MIRANDA et al, 2007). Ou seja, dadas as restrições agroecológicas e montante dos investimentos necessários, os municípios mais rurais têm sua economia altamente dependente da produção de arroz.

Frente ao cenário enfrentado na produção de arroz irrigado no estado do Rio Grande do Sul, organiza-se um grupo mais restrito de produtores de arroz, que posteriormente, darão origem a produção do denominado: Arroz do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 A construção da proposta de Denominação de Origem para a produção de arroz**

A área de produção do denominado Arroz do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, compreende doze municípios, que são: Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Capivari do Sul, Osório, Imbé, Balneário Pinhal, Tramandaí, Palmares do Sul, Mostardas, Tavares e São José do Norte.

Formado a partir de um grupo informal de sete produtores, que inicia as discussões em 2005 sobre a necessidade da busca de um diferencial para a comercialização da produção, procurou-se pelo auxílio do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Já ampliado para um grupo de 17 produtores, duas cooperativas e uma indústria, o SEBRAE realizou a orientação para a formação de uma entidade representativa, a fim de que fosse possível, através da mesma, realizar o requerimento da Denominação de Origem para a produção de arroz da região. Assim, em março de 2007, cria-se a APROARROZ - Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho (SAUERESSIG, 2010).

Destaca-se que a busca pela Denominação de Origem originou-se, segundo a APROARROZ, no sentido de ser utilizada como uma forma de distinguir a produção de outras regiões produtoras do estado do Rio Grande do Sul. Também hoje já podendo servir para atingir um nicho de mercado específico, como no caso dos consumidores que buscam por produtos diferenciados, e ainda muito pouco explorado no Brasil, além de ampliar as possibilidades de comercialização, especialmente a exportação

para Europa e EUA (BAASCH, 2010).

Destaca-se que a região produtora de arroz, atualmente denominada como Litoral Norte Gaúcho, normalmente já conseguia em suas vendas de arroz, um valor de 10% superior ao valor de mercado para a produção, em virtude da qualidade (maior proporção de grãos inteiros), no entanto, não se tinha nada específico que atestasse tal qualidade, havendo por isso, muitas vezes a necessidade de vender para as agroindústrias que conheciam o produto. Com uma comprovação da superioridade de seu produto, mostrava-se a potencialidade de poder barganhar outros mercados (PINTO, 2014).

Assim, no contexto dos produtores do Litoral Norte Gaúcho, após uma articulação inicial, partiu-se para o atendimento dos requisitos institucionais, os quais exigiam uma instituição requerente, a qual precisava ser formalizada, e neste sentido teve-se a fundação da APROARROZ. Ao total para a elaboração do processo de requisição da DO Arroz Litoral Norte Gaúcho, foram 5 anos.

Entre os diversos estudos que foram necessários para o processo de requisição da DO, o presidente da APROARROZ, destaca como importantes o estudo sobre o histórico das lavouras da área, a realização de consultas e levantamentos sobre a qualidade e preço do arroz junto a instituições como a Emater/RS e o Banco do Brasil, comparações, por meio de análises de grãos em cooperativas de outras regiões, para comprovar qualidade diferencial do produto (PINTO, 2014).

Com assessoramento técnico, também houve comparações por meio de análises de grãos em cooperativas de outras regiões, provando que havia uma diferença em relação à média de grãos inteiros no processo de beneficiamento. Na região, a média ficava em torno de 65%, enquanto no restante do estado, o índice varia entre 58% e 59%. Essa diferenciação acontece porque, durante as fases de enchimento de grãos, as oscilações térmicas são menores, o que concede uma maior uniformidade ao grão, que também se apresenta mais compacto, mais duro, mais translúcido, com aspecto vítreo. Foi constatado que os grânulos de amido dentro do grão se colocam de uma maneira diferenciada, proporcionando um grão com essas características, onde o grau de polimento é menor (SAUERESSIG, 2010).

Com base nas evidências apresentadas pelas pesquisas realizadas em conjunto entre a Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho (APROARROZ), com o apoio do SEBRAE, do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), comprovou-se que o arroz obtém características diferenciadas em função das características térmicas da região e em 24 de agosto de 2010, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) concedeu à Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte (APROARROZ), a Primeira Denominação de Origem Brasileira (DO): o Arroz do Litoral Norte Gaúcho.

### 3.2 Características Distintivas do Arroz do Litoral Norte Gaúcho

Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, que é a instituição que fornece ao final a DO, o produto arroz do Litoral Norte Gaúcho se diferencia em função: do local em que é produzido; área de cultivo; e região de plantio (faixa de terra entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, que influi na qualidade do arroz).

Esse complexo de ecossistemas costeiros, onde ocorre a produção de Arroz do Litoral Norte Gaúcho, inclui também outras lagoas de água doce e lagunas de água salgada, praias, dunas, banhados, vegetação de restinga (figueiras, arvoretas menores, arbustos e cactos) e uma área marinha, compondo um ambiente diverso e riquíssimo do ponto de vista ambiental.

Como o cultivo é realizado em um ambiente com condições singulares - pois é formado por uma península arenosa com 300km de extensão, que corre paralela ao litoral entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, os fatores climáticos são singulares e definem qualidade singular ao produto.

A principal peculiaridade do arroz do Litoral Norte Gaúcho é a maior porcentagem de grãos inteiros e a baixa taxa de gessamento, que confere maior translucidez e cor branca mais intensa ao grão (APROARROZ, 2011).

Em suma, a característica distintiva é possível pela influência dos ventos, da temperatura e da umidade que predominam na área. O vento constante e a quantidade de água na região, pela proximidade com a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, proporcionam clima e temperaturas estáveis.

### 3.3 O contexto atual da produção do Arroz do Litoral Norte Gaúcho com Denominação de Origem

A APROARROZ possui atualmente 40 sócios produtores de arroz e duas cooperativas. Destes 40 sócios, apenas 12 produzem arroz certificado dentro das normativas da Associação. Assim, é preciso considerar que o processo do Arroz do Litoral Norte Gaúcho com Denominação de Origem, está apenas iniciando.

Destaca-se o caso da cooperativa Palmares, atual empresa responsável por beneficiar e embalar o arroz com a Denominação de Origem do Litoral Norte Gaúcho. A cooperativa em questão, apresenta uma ampla linha de produtos que compreendem distintos tipos de arroz, mais especificamente cinco produtos. O arroz Palmares Plus e o Palmares Parboilizado da categoria do tipo um, ou seja, com maior número de grãos inteiros em sua composição. Já o arroz Palmares Original, apresenta um produto tipo dois. Estes produtos carregam na embalagem selos que fazem alusão à garantia e controle de qualidade e um selo indicativo de produção no estado do RS. Por fim o arroz Palmares Pop, categoria do tipo quatro que possui menor número de grãos inteiros (PINTO, 2014).

Já o arroz rastreado com a qualidade exigida pela DO está sendo beneficiado experimentalmente pela cooperativa Palmares através da linha Gran Reserva.

Este arroz é o único que apresenta o selo de Denominação de Origem do Litoral Norte. Entretanto, este arroz foi embalado em lote promocional, sendo utilizado exclusivamente para apresentação para o mercado em feiras e eventos do setor, não sendo comercializado até o momento. (PINTO, 2014).

Nesse sentido, o desafio de agregar valor ao produto, transformando o status do “*arroz commodity*” para “*arroz de qualidade*”, no caso do Litoral Norte parece bastante grande frente às evidências identificadas. Dificuldades essas que se acentuam com a pouca, ou melhor, nenhuma oferta no mercado do produto, para acesso pelos consumidores. Ou seja, existe uma pequena quantidade da produção sendo embalada apropriadamente, no sentido, de trazer o selo da DO Litoral Norte, para tornar-se conhecido dos consumidores.

Também outra discussão pertinente no âmbito de uma experiência de DO, refere-se ao reflexo da experiência sobre a região em que a mesma encontra-se inserida, bem como sobre os atores que compõem este território. Fica evidente por exemplo que os agricultores familiares e quilombolas da região não participam da experiência e muitas vezes nem conhecimento sobre possibilidades de atuação em novos e distintos nichos de mercado, permanecendo assim desenvolvendo suas atividades com cunho voltado para a subsistência e comercialização do excedente. Assim, conforme ressalta Pinto (2014, p. 96):

[...] nota-se que após a concessão da DO no território do Litoral Norte, poucos foram os impactos generalizados para o território de maneira ampla. O principal retorno desta estratégia ainda permanece concentrado nas mãos de um pequeno grupo de produtores da APROARROZ, que consiste num maior destaque do produto no mercado por conta da certificação. As articulações no âmbito da promoção dessa estratégia está concentrada nos municípios de Mostardas e Palmares, que reúnem os principais atores da IG.

Neste sentido o diferencial de produção, produção com Denominação de Origem, não está se refletindo no valor recebido pela produção pelo agricultor, pois ainda é uma experiência bastante restrita. Ao passo que também não se identifica um benefício para a região de localização da DO, com uma maior aceitação do produto no mercado, o que não está se constituindo em problema, pois como pode ser percebido na colocação de Clóvis Terra Machado, Presidente da APROARROZ, as intenções são outras:

[...]A intenção é exportar arroz, mas não “em toneladas”, e sim, como uma grife. Temos exemplos como o arroz de Valência, da Espanha, que é vendido numa caixinha, com todo o histórico descrito. Há interesse muito grande de certos segmentos, em mercados como a Europa, com poder aquisitivo diferenciado. Não será fácil, nem rápido, mas uma indicação geográfica brasileira é um passaporte para a União Européia, já é 80% do caminho andado – Clóvis Terra Machado (SAUERESSIG, 2010, p.1).

Identifica-se que a produção comercializada com as empresas do estado do Rio Grande do Sul, ainda não é embalada como produto de classe superior ou distinta, uma vez que as empresas compram, e misturam a produção com outras, não havendo

uma linha específica de produção com Denominação de Origem.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES

A certificação de um determinado produto, obedece a critérios e constitui formas específicas de produção, a partir de determinadas características geográficas e/ou sociais regionais. Neste sentido, o caminho para as Denominações de Origens está na apresentação e na disponibilidade de características regionais distintas entre as regiões produtoras. Essas podem servir de estratégia para inserir e assegurar um mercado crescentemente regulamentado, bem como, atender requisitos de qualidade dos consumidores mais exigentes, e dar valor especial no contexto das relações agricultores *versus* agroindústrias.

Questiona-se no presente trabalho, tomando por base o caso do Arroz do Litoral Norte Gaúcho, com Denominação de Origem, como ficam as expectativas e os discursos sobre os potenciais das DOs? Essas englobam entre outros as expectativas dos agricultores, que teoricamente tem a expectativa de diminuir a pressão competitiva sobre o produto ofertado e conseqüentemente aumentar o valor recebido pelo seu produto, da região, que busca diminuir a pressão competitiva sobre a economia do mesmo, aliado a preservação do patrimônio do mesmo, acrescido de um marketing sobre si, favorecendo outros produtos, dos comerciantes, que tem a expectativa de oferecer aos consumidores novos produtos, potencialmente criativos e a potencialidade de gerarem um incremento à renda e dos consumidores, que tem a expectativa de ter um meio eficaz para identificar e assegurar a qualidade de um produto elaborado numa região com características específicas.

No presente trabalho englobam-se questões específicas que mesmo com características peculiares não comungam com as características regionais, grupos de produtores podem estar à mercê dos ganhos estabelecidos pelas DOs, mesmo produzindo e comercializando seus produtos em um mesmo contexto. Neste sentido as DOs não incluem todos os produtores que abrigam as questões e/ou características peculiares das regiões em análise. No caso da DO do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, apresentam-se por si só questões particulares, porém não abarcam as questões relacionadas as estruturas fundiárias e produtivas regionais estabelecidas pelo conjunto dos produtores da região. A produção de arroz na região é substancialmente concentrada, bem como a organização produtiva e econômica. Os detentores da DO não necessariamente condizem com as características e peculiaridades regionais, não representam as particularidades estabelecidas e presenciadas na região.

Neste sentido, cabe ressaltar a importância das DOs para o desenvolvimento e a inclusão dos produtores e dos produtos oriundos das regiões com determinadas características. Porém, devem ser levadas em consideração as peculiares regionais, as quais devem ser consideradas como um fator relevante no processo de

desenvolvimento e de inclusão dos produtores. A discriminação de produtores, com determinadas características, ofusca os ganhos das DO em algumas regiões, onde as mesmas são utilizadas para benefício particulares e/ou concentrados por uma parte mínima dos produtores.

Cabe ressaltar que as DO devem caminhar com o intuito de incluir os produtores que dispõe de características regionais e não a excluí-los do processo. No caso em estudo, alguns produtores, usurparam dos ganhos da DO para benefícios próprios, o que não condiz com as questões pré-estabelecidas pelas características estabelecidas teoricamente pelas DOs. Grande parte dos produtores regionais não se beneficiam da DO Litoral Norte, mesmo produzindo, agroindustrializando e comercializando produtos com características iguais as pré-estabelecidas pela DO em análise.

## REFERÊNCIAS

APROARROZ - Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho. Disponível em: <<http://www.aproarroz.com.br>>. Acessado em 19 de outubro de 2014.

BAASCH, A. Arroz do Litoral Norte Gaúcho busca novas conquistas. **Lavoura Arrozeira**; Porto Alegre, v.58 - número 455 - Dezembro 2010.

CALLIARI, M. A. C.; CHAMAS, C. I.; BAINAIN, A. M.; CARVALHO, S. P.; SALLES-FILHO, S. L. M.; SILVEIRA, J. M. F. J. Proteção às Indicações Geográficas: A Experiência Brasileira. In: XII Seminário Latino-Iberoamericano de Gestion Tecnológica – ALTEC, **Anais...** Buenos Aires, Argentina, 2007.

CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**. Nº 14, p. 277- 299, abril de 2009

COTRIM, D.S.; GARCEZ, Daniela; MIGUEL, L.A. Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Sob a Perspectiva de Diferenciação e Evolução dos Sistemas Agrários. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, **Anais...** EMBRAPA/SBSP, Fortaleza:2007.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Cultivo do Arroz Irrigado no Brasil. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz /ArrozIrrigadoBrasil/index.html>>. Acessado em 23 de outubro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística - IBGE. Banco de Dados Agregados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 de out. 2014.

INSTITUTO NACIONAL da Propriedade Industrial - INPI. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acessado em 19 de outubro de 2014.

INSTITUTO RIO Grandense do Arroz – IRGA. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br/>>. Acessado em 18 de out. 2014.

INSTITUTO RIO Grandense do Arroz - IRGA; Governo do Rio Grande do Sul; Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Relatório do Alinhamento Estratégico da Cadeia Produtiva do Arroz do RS. Porto Alegre - Pelotas, RS, 2011.

MINISTÉRIO DA Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Indicações Geográficas**: Guia para Solicitação de Registro de Indicação Geográfica para Produtos Agropecuários. Coordenação de

- Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - CIG/DEPTA/SDC/MAPA. Brasília, 2009
- MIRANDA, S. H. de. et al. O Sistema Agroindustrial do arroz no Rio Grande do Sul. XLV Congresso da SOBER. **Anais**. Londrina, PR, 2007.
- MIRANDA, S. H de; BRAGHETTA, M. A. N. S. Sistemas de Produção, Tecnologia e Custo de Produção do Arroz em Casca no Estado do Rio Grande do Sul. XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER. **Anais**. Porto Alegre, RS, 2009.
- NIEDERLE, P. A. Compromissos para a qualidade: projetos de Indicação Geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. **Tese** (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2011.
- NIEDERLE, P.A (org). **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.
- PINTO, N. L. Arroz à Moda da Casa? A Construção da Primeira Denominação de Origem Brasileira. **Dissertação** (mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria. 2014.
- SAUERESSIG, D.. O Segredo de Quem Faz: Um Selo Inédito para o Arroz. Revista **A Granja**. Edição 743. Novembro de 2010.
- SCHWANKE, F. H. Potencialidades das Indicações Geográficas no Brasil. In: I Workshop de Indicações Geográficas do Paraná. **Anais**. Curitiba, 20 de agosto de 2009.
- SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Arroz do Litoral Norte Gaúcho conquista Denominação de Origem. **Agência Sebrae de Notícias**. 2010. Disponível em <[www.agenciasebrae.com.br](http://www.agenciasebrae.com.br)>. Acesso em 26 de out. 2011.
- TORRES, L. H. A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul. **Biblos**, Rio Grande, v.16, p.177-189, 2004.
- VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; RAMOS, A. M. e CHAVES, J. B. P. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. *Cienc. Rural* [online]. 2012, vol.42, n.3, pp.551-558.
- VIANA, J. G. A.; SOUZA, R. S.. Análise do comportamento dos preços históricos do arroz no Rio Grande do Sul de 1973 a 2005. In: **Anais**. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, Fortaleza, 2006.
- VITROLLES, D. A valorização de produtos de origem no Brasil: um comparativo entre mecanismos de qualificação. In: NIEDERLE, P.A (org). **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES** – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia - 1”; “Conhecimento na Regulação no Brasil” e “Elementos da Economia - 2” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-405-4



9 788572 474054